

O poeta, a revista e a escravidão

Prof. Dr. Wilton José Marques¹
(UFSCar/UNESP)

Resumo:

*O aparecimento literário do poeta romântico Antônio Gonçalves Dias, sobretudo pela imediata ressonância pública dos “poemas americanos”, foi de fundamental importância para o efetivo delineamento de um “nacionalismo propriamente literário” no Brasil. Entretanto, a produção literária gonçalvina não se restringiu apenas à poesia indianista. Em sua obra, além dessa preocupação temática, o poeta maranhense também expressou em outros textos as várias e inerentes contradições que, desde sempre, permearam o cerne das relações de poder na sociedade oitocentista brasileira, incluindo-se aí o espinhoso problema da escravidão. Nesse sentido, pretende-se aqui discutir a obra **Meditação**, de Gonçalves Dias. Publicado na revista **Guanabara**, ao longo do primeiro semestre de 1850, esse texto gonçalvino, ao se referir criticamente à escravidão, pode, em última instância, ser compreendido como um exemplo destoante das expectativas literárias locais, o que, de certa forma, explica o silêncio da crítica romântica em seu torno.*

Palavras-chave: Gonçalves Dias, Guanabara, Meditação, Escravidão.

O poeta

Se, num primeiro instante, é possível estabelecer ao longo do oitocentos brasileiro um nexo entre o primeiro Romantismo, que se construía de modo tímido e comportado sob a influência de Gonçalves de Magalhães, e o projeto de poder das elites senhoriais que se consolidava na esteira da manutenção do complexo social e econômico engendrado ainda nos primórdios da exploração colonial; num segundo, é também possível perceber que essa mesmo movimento de incorporação do pensamento romântico ao Brasil criou algumas brechas que permitiram, dentro dos limites imprecisos da dinâmica de inserção social pelas mãos, sempre vigilantes, das relações de favor, o aparecimento de um projeto literário como o de Gonçalves Dias. Ainda que, de modo geral, esteja comprometida com a tarefa maior de construção de uma literatura nacional, a obra do poeta maranhense, sobretudo no caso de *Meditação*, é portadora de um nítido viés crítico em relação à estrutura social brasileira.

O surgimento oficial de Gonçalves Dias na literatura brasileira deu-se em torno da publicação de sua primeira coletânea de poemas, batizada de *Primeiros cantos* (1846). Causando, de saída, uma primeira sensação de mal-estar em relação à hegemonia de Magalhães, esse primeiro livro acabou por conferir ao Romantismo brasileiro um aspecto inovador, sobretudo ao dotar a poesia de uma originalidade decisiva tanto na resolução do problema da nacionalidade literária, através da temática indianista, quanto na própria expressão do sentimento romântico em si.

Além do imediato sucesso do livro de estréia, que, inclusive, assumiu num espaço temporal relativamente curto uma importância canônica no universo literário local, a entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em setembro de 1847, a publicação dos *Segundo cantos* e *Sextilhas de Frei Antão*, em junho de 1848, a nomeação para professor de Latim e de História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II, em março de 1849, e a fundação, ao lado de Manuel de Araújo Porto-Alegre e de Joaquim Manuel Macedo, da revista *Guanabara*, também em 1849, são acontecimentos importantes para demarcar trajetória de Gonçalves Dias no cenário literário brasileiro e representam, em última instância, tanto o reconhecimento público de seu projeto literário, quanto sua própria aceitação no restrito círculo da elite intelectual que, de uma forma ou de outra, gravitava em torno da figura emblemática de D. Pedro II. Ou seja, ele já era mais o “esperançoso menino do Ma-

ranhão”, como os colegas de Coimbra o chamavam (PEREIRA, 1944, p.33), mas sim o principal o poeta do Romantismo brasileiro.

Sem dúvida, a participação do Gonçalves Dias na *Guanabara* representou a sua completa inserção na elite intelectual brasileira, o que, no entanto, não significou a adoção de qualquer postura passiva, sobretudo no que se refere à sua visão crítica de país. Nesse sentido, e a despeito da fraternal amizade que o unia a Porto-Alegre e a Macedo, a breve passagem do poeta maranhense pela direção da *Guanabara* foi notadamente marcada por algumas polêmicas.

A revista: poemas & polêmicas

Logo de saída no número inaugural da revista *Guanabara*, além do poema “Olhos verdes”, Gonçalves Dias publicou a primeira parte de um longo artigo, não inédito, chamado: “Reflexões sobre os *Anais históricos do Maranhão* por Bernardo Pereira de Berredo”. Neste texto contundente, cuja segunda parte sairia no número seguinte juntamente com o poema “O gigante de pedra”, que, como o anterior, também seria incluído nos *Últimos cantos* (1851), o poeta maranhense, por um lado, questiona inicialmente uma suposta parcialidade do “historiador” Bernardo Pereira de Berredo e Castro que, por ser obviamente português e só escrever para os portugueses, não escrevia propriamente uma história do Maranhão, mas sim escrevia “uma página das conquistas de Portugal”. Tal visão unilateral, para o poeta, seria o principal defeito do livro. E, por outro lado, Gonçalves Dias, além de questionar a parcialidade histórica da obra, procura desqualificar o português como “verdadeiro historiador”. Para ele, o fidalgo era apenas um “simples cronista”, já que “não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas, e julga que nada mais lhe resta fazer” (DIAS: 1850, p. 25). Segundo suas palavras, o que, antes de tudo, importa a Berredo é:

a conquista, o que lhe interessa são aquelas insignificantes comoções de uma cidade dividida em classes tão disparatadas, são as representações da câmara do senado, as exigências dos colonos, as ordens da metrópole, os comboios anuais, as digressões dos governadores, os resgates dos índios. O que é português é grande e nobre; o que é dos índios é selvático e irracional; o que é estrangeiro é vil e infame. Assim nos índios só vê bárbaros, nos franceses piratas, nos holandeses heréticos e sacrílegos: é tudo um misto de patriotismo exclusivo e de cego fanatismo, porque Berredo é o órgão dos colonos portugueses com todas suas crenças, com todos os seus prejuízos, porque ele enxerga senão o presente, não escuta senão o que diz o povo (DIAS: 1850, p. 26).

Logo em seguida, e já aumentando o tom de sua crítica, o poeta condena duramente todo o projeto colonial português, creditando-o, sobretudo, à cobiça dos portugueses:

Eis porque as primeiras páginas da história do Brasil estão alastradas de sangue, mas sangue inocente, vilmente derramado! O único motivo de quase todos os fatos que aqui se praticaram durante três séculos foi a cobiça; cobiça infrene, insaciável, que não bastavam faltar os frutos de uma terra virgem, a produção abundantíssima do mais fértil clima do universo, as mais copiosas minas de metais e pedras preciosas (DIAS: 1850, p. 28).

Após identificar a cobiça dos portugueses como motivo do alastramento do sangue dos inocentes, Gonçalves Dias, em consonância direta com o seu ideário romântico, faz uma defesa apaixonada dos índios. Ao contrário do juízo de Berredo, para quem, os índios eram apenas brutos e ferozes; para o poeta, os índios:

pertencem tanto a esta terra como os seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores; e por ventura não foi sem motivo que Deus os constituiu tão distintos em índole e feições de todos os outros povos, como é distinto este clima de todo e qualquer outro clima do universo.

Não digamos, como diz Berredo, que era um povo bruto e feroz, nem os apreciemos pelos que hoje conhecemos. Não degeneraram ao contato da civilização, por-

que esta não pode envilecer; mas embruteceram a força de servir, perderam a dignidade, o caráter próprio, e o heroísmo selvagem, que tantos prodígios cometeu e perfez. Vede o que fizeram, e dizei se não há grandeza e magnanimidade nessa luta que sustentam há mais de três séculos, opondo flecha à bala, e a tacape sem gume à espada de aço refinada.

Eles são o instrumento de quando aqui se praticou de útil ou de glorioso; são o princípio de todas as nossas cousas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido, e será a coroa da nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação (DIAS: 1850, pp. 28-29).

Ao associar a figura do índio ao caráter nacional brasileiro, Gonçalves Dias quer, na verdade, além de condenar aquilo que ele considera um duplo erro histórico – “Sim, a escravidão dos índios foi um grande erro, e a sua destruição foi e será grande calamidade” (DIAS: 1850, p. 30) –, realçar, através da literatura, a necessidade histórica de seu resgate, tanto que, com todas as letras, o poeta afirma:

Convinha que alguém nos revelasse até que ponto este erra foi injusto e monstruoso, até onde chegaram essas calamidades no passado, até onde chegarão ao futuro: eis a história.

Convinha também que nos descrevesse os seus costumes, que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido, que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro, para que saibamos donde vimos e para onde vamos: convinha enfim que o poeta se lembrasse de tudo isto, porque tudo isto é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo.

Que imenso trabalho não seria este! Mas também quantas lições para a política, quantas verdades para a história, quantas belezas para a poesia! (DIAS: 1850, p. 30)

Se, por um lado, o tom engajado que permeia esse texto demonstra as preocupações etnográficas de Gonçalves Dias; por outro, deve-se ter em mente que o “imenso trabalho” a que se referiu já era, dentro de seu projeto literário, um fato consumado e materializado esteticamente nos “Poemas Americanos” de seus dois primeiros livros.

Na segunda parte de seu texto, publicada no volume dois da *Guanabara*, isto é, em janeiro de 1850, o poeta maranhense historia a origem das diversas raças indígenas e, ao mesmo tempo, aumentando novamente o tom de seu texto, critica duramente não somente o processo de aniquilação dessas raças, como também procura salientar a ação conivente dos jesuítas no processo de escravização dos índios:

Todos foram vencidos, desbaratados, e escravizados: quando o não podiam com as armas, mandavam-lhes um padre da Companhia com um crucifixo e palavras de paz, que os traziam sujeitos e cativos para definharem e morrer nas nossas plantações (DIAS: 1850, p.60).

O tom agressivo do texto de Gonçalves Dias, notadamente em relação à defesa dos índios e à crítica aos jesuítas, suscitou logo uma ruidosa repercussão, tanto que, no jornal católico *Religião*, apareceu um artigo refutando os argumentos do poeta. Em contrapartida para demarcar seu ponto de vista, Gonçalves Dias escreveu uma “Resposta à *Religião*”, que, publicada no quarto volume da revista em março de 1850, seria o seu último artigo na *Guanabara*. Em sua resposta, o poeta reafirma sua crítica em relação à conivência dos jesuítas no extermínio dos indígenas:

Extinguiram-se os índios; este fato é atribuído pelo Desembargador Seabra à cobiça dos jesuítas, os jesuítas o atribuíram à cobiça de seus compatriotas; se não queremos indagar qual deles foram mais cobiçosos, ao menos claramente resulta do

dizer de ambos que foi a cobiça, a ganância – a causa do extermínio dos indígenas (DIAS, 1850, p.152).

A despeito dessa primeira e pontual rusga com aquele periódico religioso, talvez hoje seja praticamente impossível saber ao certo o real alcance das repercussões em torno das reflexões de Gonçalves Dias sobre o livro de Berredo, entretanto, há ainda pelo menos três indícios ligados a esse mesmo texto que podem, de um lado, aguçar a curiosidade e, de outro, fornecer algumas pistas: o primeiro indício está no fato de que foi interrompida a publicação da parte final das “Reflexões”, que deveria ter saído no terceiro volume da revista em fevereiro de 1850. Há no final da segunda parte do texto um sintomático “contiuúa” [Sic] entre parênteses na página 63 do segundo número da *Guanabara*. O texto completo, datado de 5 de dezembro de 1848, ocupava pelo menos vinte páginas dos *Anais históricos* na edição de 1849, feita em São Luiz do Maranhão (*Apud.* NOGUEIRA: 1942, p. 51-51). A dúvida inevitável que vem à tona é a seguinte: o poeta teria sido o censurado ou, diante da própria repercussão do texto, ele mesmo tenha preferido não publicar o restante do artigo?

O segundo indício é uma carta do historiador Francisco Adolpho de Varnhagen ao Imperador Pedro II, datada de 29 de junho de 1852, isto é, praticamente dois anos depois da publicação das “Reflexões” de Gonçalves Dias. Nessa carta, Varnhagen, que era declaradamente contra o projeto romântico de transformar o indígena em representante da nacionalidade brasileira, não só se refere explicitamente ao artigo do poeta como também remete ao próprio Imperador Pedro II uma memória em que se propõe a discutir como se deve entender a nacionalidade brasileira:

Meu Senhor!

A leitura de uns artigos dos dois primeiros números do *Guanabara* sobre Berredo, moveu-me de não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao Trono que a opinião extravie, com idéias que acabam por ser subversivas.

Submeto, pois, a V. M. a memória junta, acerca de como se deve entender a nacionalidade brasileira, e V. M. Imperial fica o Dar-lhe o destino que mais conveniente Julgue. Eu lembro que poderia, depois de ser lida numa sessão do Instituto (onde fosse apresentada pela pessoa que V. M. Imperial se Dignar Indicar), entrar num dos primeiros números do *Guanabara*, donde depois a transcrevesse a Revista.

Sei que com esta e outras busco espontaneamente novos trabalhos; mas se alguém se não expõe a eles, dizendo, com abnegação e em bem do país, destas verdades, onde iríamos parar?! – A minha vida é o Brasil, que é a minha pátria, e de V. M. Imperial, que me Protege. Cumpre-me pois combater, com as armas que devo a Deus, pelo que julgo em consciência em favor de V. M. I. e do Brasil (VARNHAGEN, 1961, pp. 187-188).

A memória, referida por Varnhagen na carta, seria publicada no décimo número da revista *Guanabara* com o título de “Memorial orgânico oferecido à nação”. Nesse texto, o futuro Visconde de Porto Seguro expõe as idéias políticas que orientariam seu trabalho de historiador e que, sem dúvida, seriam posteriormente aplicadas na elaboração de sua *História geral do Brasil*, publicada em dois volumes, o primeiro em 1854 e o segundo em 1857. Aliás, em relação a esta obra, o próprio Gonçalves Dias explicitará sua discordância em relação ao tratamento dado aos índios em carta ao próprio Varnhagen. Comentando a impressão causada pela leitura do livro, o poeta, além de escrever que achou “o estilo ótimo”, observa ao historiador: “Sobre o modo de considerar os índios e mais algumas particularidades dos seus costumes, nisso diferimos um pouco, mas reconheço também que muitos lhe darão razão. O *Timon*, por exemplo, pende muito para o seu lado” (DIAS: 1964, pp.187-188).

A referência a *Timon* nesta carta a Varnhagen não é gratuita, aliás, é, na verdade, o terceiro indício do fôlego do texto gonçalvino, pois revela que ele foi objeto de uma outra e anterior polêmi-

ca, dessa feita com o próprio *Timon*. O também escritor maranhense João Francisco Lisboa questiona a visão do poeta sobre os índios no Livro V de seus “Apontamentos para a história do Maranhão” publicados no *Jornal de Timon* (1852). Além de reproduzir boa parte do texto do poeta, provavelmente retirado da introdução aos *Anais* de Berredo, publicado como já se viu aqui em 1849, no Maranhão, Lisboa, expressando sua discordância com o poeta, escreve:

Não temos a orgulhosa pretensão de sustentar que ele [Gonçalves Dias] errou, e só nos acertamos. Dizemos apenas que as nossas idéias sobre o assunto discordam em grande parte das suas. Talvez a nossa humilde controvérsia, desafie a atenção do ilustre poeta; e talvez, instituído o debate, vingue e triunfe facilmente a boa razão, e se descubra enfim a real verdade das coisas (LISBOA: 1901, p. 339).

A visão de Lisboa, em resumo, combatia tanto as investigações históricas que visavam reabilitar os indígenas quanto procurava negar o extermínio dos mesmos. Se, por um lado, tal visão seria mais tarde mudada, com *Timon*, inclusive, fazendo uma espécie de *mea culpa* em relação ao poeta; por outro, essa polêmica não chegou a abalar a relação dos dois conterrâneos, tanto que, em 1853, em carta ao próprio Lisboa, Gonçalves Dias não somente afirma sua admiração pelo livro que gostaria ter escrito como também informa-o: “que o havia proposto para Sócio do Instituto [Histórico]” (DIAS, 1964, pp. 145-147)

A Meditação e um possível rompimento

Deixando para trás as polêmicas em torno dos *Anais históricos do Maranhão* de Berredo, o que de fato interessa aqui, para não se incorrer na possibilidade de se desviar muito do caminho, é na verdade tentar mostrar ou ao menos suscitar a possibilidade de que, a despeito da enorme chateação com o alcance da polêmica com o jornal *Religião*, talvez uma das causas, se não a principal delas, do afastamento de Gonçalves Dias da direção da revista *Guanabara* tenha sido mesmo a publicação dos três capítulos de *Meditação*.

Revestidos de um caráter político, os capítulos apareceram separadamente na revista ao longo de 1850: o primeiro capítulo saiu no nº 3, de fevereiro, o segundo, no nº 4, de março, e o terceiro, no nº 5. Do quinto ao sexto números perdeu-se a identificação dos meses. Quando finalmente apareceu o sexto número, a revista publicou a seguinte explicação aos seus leitores:

Com o número que agora apresentamos, completa-se o primeiro semestre da nossa revista (...) o nosso periódico principiou e continuou regularmente, até que a epidemia do começo deste ano [1850], obrigando-nos por ter por algum tempo fechada a nossa oficina, os desgostos e incômodos dos principais diretores, obrigando-os a retirarem-se da Corte, fizeram retardar o 5º número, e ainda mais o que agora publicamos (GUABABARA: 1850, p. 230).

Como neste sexto número, há também uma notícia anunciando o aparecimento de *Últimos cantos* para dezembro – “Acha-se no prelo e sairá por todo o mês de Dezembro um volume de poesias do nosso colaborador, A. Gonçalves Dias. Terá o mesmo formato que qualquer dos seus volumes anteriores, contendo cerca de trezentas páginas de impressão” (IDEM, p. 230). —, deduz-se que o sexto número, que encerra o primeiro semestre da revista, saiu antes do último mês de 1850. Analisando ainda com mais atenção o próprio texto de explicação do atraso, pode-se inferir que o número 5 saiu em algum mês não muito distante de abril, já que a nota afirma que apenas “fizeram retardar o 5º número”, ao passo que em relação ao sexto, ela acrescenta “e ainda mais o que agora publicamos”.

No entanto, mais importante do que propriamente precisar o mês em que saiu o terceiro capítulo da *Meditação*, é constatar que, deste último texto de Gonçalves Dias, foram suprimidos oito parágrafos (do sexto ao décimo terceiro) que apresentavam uma crítica contundente aos políticos envolvidos nas lutas regenciais. Seria talvez uma segunda censura? Nesse sentido, não deixa de ser sintomático o comentário feito pelo próprio Gonçalves Dias, no início de abril de 1850, quando

provavelmente se discutia a pauta da revista em que sairia o último capítulo de *Meditação*. Em carta ao sempre amigo Teófilo Leal, o poeta maranhense, sem meias palavras, afirma com todas as letras: “Estou terrivelmente zangado com o *Guanabara*, e como não estou para maçadas provavelmente dou conta da mão no fim do semestre” (DIAS:1964, p.120).

A partir desse episódio, Gonçalves Dias foi se afastando progressivamente da direção da revista. Muito provavelmente, foi a partir dessa mesma carta que Antonio Henriques Leal afirmou erroneamente que o poeta “foi redator só até findar o primeiro semestre desse ano [1850]” (LEAL, 1875, p. 94). Na biografia que escreveu sobre Gonçalves Dias, Manuel Bandeira também incorporou essa informação de Leal, afirmando, depois de reproduzir o mesmo trecho da carta, “de fato, desligou-se dela [*Guanabara*] em junho” (BANDEIRA: 1962, p. 83). Na realidade, a despeito do seu desejo do poeta de se afastar da *Guanabara*, o poeta ainda se envolveu, entre dezembro de 1850 e janeiro de 1851, pela imprensa diária, numa última polêmica com o Dr. José Joaquim de Oliveira, oficial do Imperial Corpo de Engenheiros e professor da Escola Militar.

O afastamento definitivo de Gonçalves Dias somente se daria em 21 de março de 1851, quando partiu do Rio de Janeiro com a missão de examinar o estado da instrução pública e de coletar documentos referentes à história do Brasil nas províncias do norte. Aliás, em relação ao seu desejo de deixar o Rio, descontente com sua vida de jornalista (“Tenho ultimamente escrito para o [*Correio*] *Mercantil*, mas coisa que sirva nada: estúpido e aborrecido, lastimo mil vezes o dia infeliz em que me aventurei em uma carreira da qual não se pode retroceder sem desdouro”), o poeta já tinha compartilhado, em carta de maio de 1850, com o seu amigo Teófilo a sua vontade de viajar: “Faço mil cálculos por hora, porém o mais teimoso de todos, é que me convém sair do Rio por uma temporada, que vou me brutificando demasiadamente muito” (DIA: 1964, p. 120).

Quando, por fim, saiu o número 7 da *Guanabara*, cinco meses depois daquele último que completou o primeiro semestre da revista, provavelmente em meados de 1851, publicou-se mais um aviso aos assinantes não apenas explicando que atraso da publicação se deveu tanto à epidemia de febre amarela (“o flagelo terrível que pesou sobre o Rio de Janeiro no ano de 1850”) quanto à troca de tipografia, que a partir de então seria feita por Francisco de Paula Brito, mas também informando aos leitores que:

É certo que o nosso excelente companheiro o Sr. A. Gonçalves Dias se acha longe da corte, e visitando províncias do norte, encarregado pelo governo de S. M. I. de uma comissão tão difícil, como honrosa; mas nem por isso ficarão os assinantes do *Guanabara* privados das belas produções do nosso distinto poeta; pois ele continua, como dantes, a ser um dos diretores deste jornal, para cujas páginas enviará boa cópia de artigos, donde quer que esteja (GUANABARA: 1850, p. 232).

Na seção de notícias, desse mesmo número 7, também apareceu a notícia de que “saiu em março próximo passado o terceiro volume [*Últimos cantos*] de poesias de Antonio Gonçalves Dias” (IDEM, p. 266). Entretanto, apesar de tanto pela gentileza do anúncio de seu livro quanto por ser ainda considerado um dos “diretores deste jornal”, o poeta maranhense, ao contrário da expectativa do anunciado, jamais voltou a escrever para a *Guanabara*. Na realidade, essa afirmação era mesmo apenas para inglês ver.

Portanto, diante de todos os indícios e das polêmicas aqui levantados, não seria um despropósito absurdo pensar na possibilidade de Gonçalves Dias ter rompido, ou ao menos ter começado a seriamente se indispor, com a revista *Guanabara* por causa de uma possível censura à *Meditação*. Sobretudo, como já se disse há pouco, se se levar em consideração que a sua afirmação peremptória de estar “terrivelmente zangado com o *Guanabara*” ter se dado justamente no provável momento em que se discutia a pauta da revista em que teria lugar o último capítulo de *Meditação*. Por fim, não seria também um outro despropósito maior conjecturar que a própria publicação do texto, mesmo mutilado, tenha sido uma forma encontrada pelo poeta para reafirmar, ainda que preso ao compromisso do emprego público, sua independência literária em relação ao poder institucionalizado,

ou seja, uma afronta direta à política do favor, que, como também já se afirmou aqui, criava uma poderosa teia de dependência que, no caso dos intelectuais românticos, implicava em assumir um necessário silêncio temático no que se refere explicitamente ao problema da escravidão.

A escravidão:

De modo geral, os três capítulos, que compõem o texto de *Meditação*, articulam-se em torno de um diálogo travado entre um jovem e um velho sobre as possibilidades futuras de um país, que, pela leitura do texto, infere-se obviamente ser o Brasil. Dentro do texto, a personagem do jovem ainda ocupa a posição central de narrador. Por sua vez, o velho, além de representar em si a própria voz da experiência, é dotado de um caráter quase divino, pois, com a simples intervenção do toque mágico de suas mãos sobre os olhos do rapaz, permite a este viajar pelo novo país. E tal viagem adquire um caráter peculiar, uma vez que ela não se realiza apenas do ponto de vista espacial, mas, sobretudo, do ponto de vista temporal. Em outras palavras, a ação do ancião faz com que o jovem possa ter acesso tanto ao presente quanto aos outros e diversos tempos históricos do Brasil. Por conta desse ir e vir, o jovem, ao se defrontar com esses vários tempos e, por conseguinte, ao narrá-los, acaba assumindo uma postura semelhante à de um profeta que medeia (revelando) as relações entre os homens e os mistérios de Deus, inacessíveis a esses mesmos homens. Como adentra numa “realidade inacessível” aos homens e, inclusive, superior ao seu próprio entendimento, o profeta, para traduzir o que vê, deve necessariamente lançar mão de uma linguagem simbólica e poética, cuja força metafórica resida justamente numa espécie de duplo poder, isto é, o de explicitar os significados de tais visões e o de, por tabela, levar os eventuais leitores a refletirem sobre a importância de tais significados.

Nesse sentido, expressando-se através de uma espécie de palavra revelada, o jovem narrador de *Meditação* também se comporta como um profeta. Entretanto, no seu caso, ao contrário dos profetas bíblicos, a “realidade inacessível” a que teve acesso circunscreve-se apenas ao Brasil. No limite, pode-se pensar que esse texto, escorado na visão do gênio romântico, ambiciona mostrar as singularidades (positivas e negativas) do país aos próprios brasileiros, numa tentativa inocente ou não de ser a manifestação de uma autoconsciência coletiva. Pensado dentro dessa perspectiva, ao imitar a postura de guia e profeta, inerente ao gênio romântico, o comportamento do jovem narrador de *Meditação* reflete de certo modo tanto a postura quanto o desejo do próprio Gonçalves Dias de também interferir, ao menos literariamente, no processo de formação da sociedade brasileira, cuja ascensão à civilidade, para ele, passava igualmente pelo fim do trabalho escravo.

Na parte IV do capítulo I, o velho pede ao jovem que simplesmente volvesse os olhos em redor de si. A atenção do jovem volta-se então para as cidades, vilas e aldeias, disseminadas pela vasta extensão do império. Nelas, é possível ainda observar um fervilhar de homens, velhos e crianças “correndo todos em direções diversas e com rapidez diferente, como homens carentes de juízos” (DIAS: 1850, p.103). Ao examinar com atenção as cidades, as vilas e as aldeias com suas “ruas tortuosas, estreitas e mal calçadas”, suas “casas baixas, feias e sem elegância”, seus “palácios sem pompa e sem grandeza”, seus “templos sem dignidades e sem religião”, o jovem profeta surpreende-se com a rústica e deplorável visão da realidade brasileira, que, sem maiores retoques, vai se configurando diante da perplexidade de seus olhos. Ele também se surpreende não somente com a constatação do grande número de escravos no país, mas, sobretudo, com a verdade de o braço escravo ter se transformado no principal sustentador dessa mesma realidade:

E nessas cidades, vilas e aldeias; nos seus cais, praças e chafarizes – vi somente – escravos!

E à porta ou no interior dessas casas mal construídas, e nesses palácios sem elegância – escravos!

E no adro ou debaixo das naves dos templos, de costas para as imagens sagradas, sem temor como sem respeito – escravos!

E nas jangadas mal tecidas, e nas canoas de um só toro de madeira – escravos; – e por toda parte – escravos!

Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto Império, consulta de novo a sua derrota, e observa atentamente os astros, porque julga que um vento inimigo o levou às costas d'África.

E conhece, por fim, que está no Brasil, a terra da liberdade, a terra ataviada de primores, e esclarecida por um céu estrelado e magnífico.

Mas grande parte da sua população é escrava; mas a sua riqueza consiste nos escravos; mas o sorriso, o deleite do seu comerciante, do seu agricultor e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do sangue e do suor do escravo.

E nos lábios do estrangeiro que aporta ao Brasil, desponta um sorriso irônico e despeitoso; e ele diz consigo que a terra da escravidão não poderá durar muito; porque é crente, e sabe que os homens são feitos do mesmo barro, sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades (1850, p. 104).

Essa passagem de *Meditação* é, sem dúvida, uma das mais contundentes em relação à escravidão. É possível perceber que, revelada com a ajuda do olhar do estrangeiro, a perplexidade do jovem profeta apresenta-se na evidente contradição entre a imagem simbólica do Brasil, disseminada aos quatro ventos pelo Romantismo, como um lugar ideal, como “a terra da liberdade” e sua celebrada natureza “ataviada de primores”, e a imagem do Brasil real, cuja realidade e riqueza consistem somente nos escravos, cujo deleite de todos os seus habitantes “é comprado à custa do sangue e do suor do escravo”. Até então, essa imagem nunca aparecera, de maneira tão explícita, em qualquer outra obra literária do país. No entanto, em *Meditação*, o dado curioso dessa revelação fica mesmo por conta da necessidade do aval do olhar estrangeiro. O mesmo olhar de fora, que já havia ensinado os poetas locais a enxergarem o país através do caráter exótico e simbólico da natureza brasileira, ajudaria agora no entendimento da verdade de “que a terra da escravidão não pode durar muito”. Esse ver pelos olhos do outro parece conferir à verdade um paradoxal *status* de mais verdade. Aliás, a própria percepção do poeta sobre a possibilidade de um estrangeiro, dado o número de escravos, achar que estava em terras africanas, era, diga-se de passagem, bem comum. O comerciante inglês, John Luccock, por exemplo, faz semelhante observação ao afirmar, quase *ipsis literis* à idéia do poeta, que: “um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade [do Rio de Janeiro] pelo meio dia, quase poderia supor-se transplantado para o coração da África” (LUCCOCK, 1975, pp. 64-75).

Em suma, nesse mesmo trecho de *Meditação*, também é possível perceber uma evidente associação entre a precariedade das construções do país – ruas, cidades, palácios, templos – e o fato de elas terem sido realizadas pelo braço escravo. Sem muito esforço, é perceptível constatar que tais construções imperfeitas podem, obviamente, ser associadas metaforicamente ao próprio processo de construção do Brasil. E aqui, tem-se a nítida impressão que o poeta, através da visão do jovem, levanta, de propósito, o tapete imaginário que não permitia que os autores românticos mostrassem em suas obras o que, na verdade do dia a dia, todos viam, isto é, a realidade escravocrata do país.

Referências Bibliográficas

- [1] BANDEIRA, Manuel. *Poesia e vida de Gonçalves Dias*. São Paulo: Editora das Américas, 1962.
- [2] DIAS, Gonçalves. *Meditação. Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária*, Rio de Janeiro, Tomo I, 1850, pp. 102-107; pp.125-134 e pp.171-177.

- [3] _____. “Reflexões sobre os *Anais históricos do Maranhão* por Bernardo Pereira de Berredo”. *Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, 1850, Tomo I, pp. 25-30 e pp. 58-63.
- [4] _____. “Resposta à *Religião*”. *Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, 1850, Tomo I, pp. 147-153.
- [5] *GUANABARA, revista mensal, artística, científica e literária*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, 1850, Tomo I.
- [6] LEAL, Antonio Henriques. *Antônio Gonçalves Dias (notícia da sua vida e obras)*, Pantheon Maranhense, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- [7] LISBOA, João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa*. Luiz Carlos Pereira de Castro e Dr. A. Henrique Leal (orgs.). Lisboa: Tipografia Mattos Moreira & Pinheiro, 1901.
- [8] LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1975.
- [9] PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- [10] SILVA, Manuel Nogueira da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- [11] VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Correspondência Ativa de Francisco Adolpho Varnhagen*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

Autor(es)

¹ **Wilton José MARQUES (Prof. Dr.)**

Professor de Literatura Brasileira e Teoria Literária do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara).

E-mail: will@ufscar.br